RELATÓRIO 2023

1° SEMESTRE

SINDIFISCO

SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESTAQUES

04 **Arrecadação**

07 **Entrevista**
Dilson Jiroo Takeyama - DIAT/SEF

10 **PAFISC**

12 **Entrevista**
Renato Lacerda - DIDE/SEF

15 **Eleição Conselho Fiscal**

16 **Fisco em Ação**

EDITORIAL

Um semestre de mudanças e desafios para o Fisco de SC

A palavra resiliência é utilizada para caracterizar alguém ou um grupo de indivíduos que consegue se adaptar bem a mudanças e situações extremas. Podemos aplicar a palavra na forma como encararam os auditores fiscais da Fazenda em Santa Catarina frente aos desafios deste primeiro semestre, com queda da arrecadação de impostos no início do ano e a preocupante situação do caixa estadual. Podemos creditar ao trabalho do Fisco uma reviravolta neste cenário, principalmente a partir da metade do semestre, com a melhora dos números e o início de um alívio às contas estaduais.

Em resumo, tivemos um desempenho nada animador da arrecadação em janeiro e fevereiro, com quedas consecutivas de 4,4% em relação a 2022. Em março, este movimento deve-se à alteração do ICMS, cuja alíquota foi reduzida de 25% para 17% em energia elétrica e combustíveis, impactando em cheio o cofre público em SC.

No entanto, em março, a curva virou, com crescimento real de 0,6%. E a partir de abril, observamos um movimento mais positivo na arrecadação, principalmente com as ações dos grupos setoriais de fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda. Assim, no quarto mês do ano, o Estado obteve um crescimento real de 1,2% no recolhimento de impostos. Um exemplo da ação reforçada dos fiscais foi no campo dos medicamentos, com a regularização da situação fiscal em farmácias.

O uso da tecnologia também foi importante, como o aplicativo Malhas Fiscais, que ainda neste ano deve ganhar atualizações. Paralelamente, temos os impactos das ações do Pafisc, que tem buscado controlar as despesas da folha do funcionalismo estadual, com expectativa de economia de R$ 2,2 bilhões por ano aos cofres públicos.

Com esses esforços - e muita resiliência -, a arrecadação no Estado contou com um acréscimo 2,2% em maio e, em junho, o crescimento nominal foi de 9% em relação a 2022, o melhor desempenho do ano, favorecendo as projeções para o segundo semestre. É preciso reconhecer, portanto, o trabalho de excelência dos auditores fiscais, que tem garantido as contas saudáveis para o Estado neste ano e o fôlego para colocar em prática as políticas públicas a todos os catarinenses.

José Antônio Farenzena

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINDIFISCO - JUNHO/2023-
AVENIDA TROMPOWSKY, 291- SALA 1203 CEP 88015-300- FLORIANÓPOLIS/SC | SINDIFISCO@SINDIFISCO.ORG.BR

DIRETORIA 2022 - 2025

PRESIDENTE
José Antônio Farenzena
VICE-PRESIDENTE
Fabiano Dadam Nau
2º VICE-PRESIDENTE
Joacir Sevegnani
DIRETOR ADMINISTRATIVO
Felipe Letsch
DIRETOR FINANCEIRO
Soli Carlos Schwalb
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
Cristiano Fornari Colpani
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Clóvis Luis Jacoski
DIRETORA DE POLÍTICAS E AÇÕES SINDICAIS
Marcia Maria Alves de Arruda Bortolanza
DIRETOR DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Brani Besen
DIRETOR DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS
Eduardo Antônio Lobo
DIRETORA DE PROJETOS ESPECIAIS E AÇÕES SOCIAIS
Rosimeire Celestino Rosa
SUPLENTES
Asty Pereira Júnior
Edson Dal Castel de Oliveira
José Zomer Sobrinho
Lauro José Cardoso
Lucas Pivatto
Marcos Antônio Ferreira Domingues
Sérgio Dias Pinetti
Thiago Rocha Chaves

BALANÇO
DOS SEIS PRIMEIROS MESES DE ARRECADAÇÃO

A arrecadação tributária de Santa Catarina no primeiro semestre pode ser dividida em dois períodos: os três primeiros meses do ano, que tiveram um desempenho estável, mas não registraram crescimento, e os três meses seguintes, que começaram a mostrar reação e crescimento em diversas áreas.

Entre janeiro e março os destaques foram a agroindústria, o IPVA e o ITCMD, que são segmentos pouco afetados pela Lei Complementar 194/2022. Já o ICMS neste período foi impactado pelas imposições da Lei, que reduziu de 25% para 17% a alíquota de energia elétrica e combustíveis. "Esses resultados mostram que mantivemos a mesma perda do segundo semestre de 2022, ou seja, tivemos um crescimento nulo na arrecadação nos três primeiros meses do ano", afirma o auditor fiscal e diretor do Sindifisco/SC Sérgio Pinetti.

A partir de abril observa-se uma melhora na perspectiva relacionada às ações fiscais, principalmente as conduzidas pelos Grupos Especialistas Setoriais da SEF/SC, além das alterações na base de cálculo de combustíveis. O quarto mês do ano registrou crescimento real de 1,2% na arrecadação do Estado, por conta da recuperação expressiva no setor de medicamentos e na indústria metalomecânica, e pela eficiência da atuação do Fisco em ambos os segmentos. No campo dos medicamentos, 40 novos Auditores Fiscais realizaram ações em farmácias em todo o Estado. Enquanto isso, na indústria, a fiscalização identificou situações de uso indevido de crédito de ICMS para material de uso e consumo, o que impactou positivamente na arrecadação. A atuação dos fiscais estimulou também a autorregularização e o recolhimento espontâneo dos débitos.

Fazendo as devidas correções e compensações, em maio 2023 tivemos crescimento real de 2,23% (descontando a inflação e desconsiderando o valor do ICMS postergado que foi recolhido em maio/2022).

A expectativa para o segundo semestre do ano é que, a partir de julho, quando o Estado começar a arrecadar o monofásico da gasolina, os números comecem a ter um crescimento real, com previsão de ganho de R$ 80 milhões ao mês pela implementação do modelo de cobrança. Sendo assim, a expectativa é que ocorra um segundo semestre com índices positivos.

"Observamos também que existe uma certa tranquilidade no mercado, com dólar estável com tendência de queda. A aprovação do arcabouço fiscal, com outras medidas do Governo Federal de estímulo setorial também trazem uma perspectiva de crescimento da economia no segundo semestre, de maneira que a curva de arrecadação deve permanecer com esse viés positivo", pontua Pinetti.

Somando os bons números às ações implementadas no âmbito do Pafisc, o desempenho da arrecadação de Santa Catarina deve ser positivo nos próximos meses, podendo chegar a incrementos de até de 4% - número esperado pelo Governo, pela Administração Tributária e pelo secretário da SEF/SC, Cleverson Siewert.

Para o presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, os compromissos assumidos pelo Governo catarinense, principalmente em questões como o repasse aos municípios pelo Plano 1000, necessitam de uma arrecadação positiva para

continuarem na ativa. “Há uma necessidade de que a arrecadação tenha resultados crescentes no segundo semestre para poder manter o equilíbrio fiscal do Estado e cumprir todas essas demandas que estão se apresentando. Vale ressaltar que apesar do quadro de estabilidade nos três primeiros meses do ano e o viés de crescimento entre abril e junho, conseguimos manter números positivos na geração de emprego e renda. Santa Catarina permanece sendo um Estado que está sempre entre os três maiores geradores de emprego do país. Isso é fundamental para manter o nível de consumo”, reforça.

Segundo dados levantados pelo Sindifisco/SC, a estabilidade ou a queda no consumo de bens duráveis se deve à taxa de juros que está desproporcional, representando um freio no poder de compra das famílias nas áreas de varejo e supermercados, principalmente naqueles bens de maior valor, como geladeiras, televisões e até veículos.

Os resultados positivos na arrecadação do Estado de Santa Catarina refletem o trabalho de excelência dos auditores fiscais da SEF/SC, que desenvolvem atividades direcionadas de fiscalização e auditoria com transparência e responsabilidade, bem como o uso de tecnologias a favor do catarinense, como o aplicativo Malhas Fiscais que ainda neste ano deve ganhar uma nova versão.

ARRECADAÇÃO
DE SANTA CATARINA

JANEIRO	R$ 3,6 BILHÕES
FEVEREIRO	R$ 3,6 BILHÕES
MARÇO	R$ 3,6 BILHÕES
ABRIL	R$ 3,9 BILHÕES
MAIO	R$ 3,8 BILHÕES
JUNHO	R$ 3,8 BILHÕES

ENTREVISTA

Os planos do novo diretor de Administração Tributária do Fisco

Desde janeiro deste ano, o auditor fiscal e filiado ao Sindifisco/SC Dilson Jiroo Takeyama assumiu um grande desafio: liderar a Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. Com formação em Direito pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC), especialização em Direito Tributário e graduação também em Engenharia da Tecnologia da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dilson tem vasta experiência na área, o que garante o bom funcionamento de uma das diretorias mais estratégicas da Fazenda de Santa Catarina.

Auditor fiscal há dez anos, Dilson também atuou por três anos como Agente Fiscal do Tesouro na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Agora, toda essa experiência está voltada para o trabalho na DIAT. Nesta entrevista, Dilson conta um pouco dos seus planos e desafios na pasta. Confira:

Dilson Jiroo Takeyama
diretor da DIAT

Como foi o convite para assumir a DIAT?

Essa foi uma das decisões mais difíceis da minha vida. Em dezembro de 2022, eu estava curtindo as férias no interior do Rio de Janeiro, visitando os meus pais. Estava um pouco desligado da Secretaria da Fazenda, mas acompanhava de longe a transição de governo pelos grupos de WhatsApp e pelas notícias na internet. Então começaram algumas especulações do meu nome para assumir a DIAT. Com o passar do tempo, as especulações ganharam força, mas não dei muita atenção. Após a virada de ano, fui informado que o secretário Cleverson Siewert queria conversar comigo e que ele faria o convite para assumir a DIAT.

Em uma reunião com ele, o secretário inicia a conversa dizendo que o meu nome havia sido indicado por várias pessoas, o que me colocou um certo peso. Descreveu o seu modelo de gestão, a forma como pensava a SEF/SC, com uma gestão descentralizada, participativa, baseada em pessoas e inovação, o que me deixou animado, pois era exatamente o que eu pensava. Esposa e amigos falaram ser contra a ideia. Já com os colegas da SEF/SC, a opinião foi o contrário: que eu deveria aceitar o desafio e que na DIAT eu teria a chance de implementar minhas ideias e planos. O fato é que a DIAT precisava de alguém e era muito difícil achar quem aceitasse.

Apesar de reconhecer minhas limitações e de que havia outros nomes muito melhores do que o meu, tinha consciência que conseguiria contribuir de alguma forma. Então, deixei meu lado racional de lado e passei a ouvir mais o meu coração. Aceitei o desafio.

Como diretor da DIAT desde o início deste ano, qual foi o cenário e as dificuldades encontradas?

No início de 2023, a Fazenda analisou o comportamento das receitas e despesas nos últimos dez anos e apresentou um diagnóstico das contas públicas no final de janeiro. Como resultado, chegou-se à conclusão de que iríamos encerrar 2023 com um déficit de R$ 2,85 bilhões, principalmente por conta da LC 194, que acarretou aos cofres públicos um prejuízo de R$ 300 milhões por mês na arrecadação desde agosto de 2022. O cenário era muito desafiador, pois a DIAT teria que assumir um papel de protagonismo nessa dura jornada de equilibrar as contas públicas.

No início do ano, a Fazenda divulgou o diagnóstico das contas e analisou o comportamento das receitas e despesas nos últimos dez anos. Qual foi a participação dos auditores fiscais na elaboração desse estudo inédito no Fisco e qual a importância dele para o trabalho?

A participação dos auditores fiscais foi fundamental. A assessoria da DIAT, junto com os Grupos Especialistas Setoriais e as Gerências Regionais e centrais trabalharam incansavelmente no diagnóstico dos problemas que afetavam negativamente o desempenho da arrecadação. Por conta desse trabalho, a administração teve uma visão clara dos obstáculos que seriam enfrentados e pode definir a melhor estratégia para se chegar no objetivo almejado, que é o equilíbrio das contas públicas.

> **"A participação dos auditores fiscais foi fundamental. A assessoria da DIAT, junto com os Grupos Especialistas Setoriais e as Gerências Regionais e centrais trabalharam incansavelmente no diagnóstico dos problemas que afetavam negativamente o desempenho da arrecadação."**

No final de março, a Fazenda lançou o Plano de Ajuste Fiscal, que é dividido entre receitas e despesas. Nas receitas, a meta é buscar R$ 2,1 bilhões em arrecadação com uma série de medidas. Passados praticamente três meses, o que já foi possível implementar? Será possível cumprir a meta do ano?

Para enfrentar o problema fiscal do Estado, todo corpo técnico da DIAT se mobilizou. A assessoria da DIAT, em conjunto com a coordenação do GES, colocaram as melhores mentes do fisco para ajudar na construção do Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc). Ao todo, foram propostas mais de 110 ações, nas quais selecionamos as 20 mais relevantes para serem executadas, divididas em três grandes categorias: revisão de benefícios fiscais, obtenção de novas receitas e desburocratização. O plano tem sido um sucesso. Apenas com uma das ações, que foi a limitação das transferências de crédito, conseguimos obter mais de R$ 50 milhões por mês de receita. O trabalho foi muito elogiado pela imprensa e pelas entidades representativas do setor produtivo. Com muito bom senso, criatividade e competência construímos um excelente plano, que ficará marcado na história do fisco catarinense.

Qual a importância do trabalho da DIAT dentro do Pafisc e como, na prática, as medidas podem impulsionar a arrecadação em Santa Catarina sem aumentar impostos?

O Pafisc é dividido em duas frentes: a receita e a despesa. No que se refere à receita, 90% do trabalho será realizado pela DIAT e outros 10% pela Diretoria de Atração de Investimentos. Ou seja, a DIAT é protagonista nas ações voltadas para o aumento da arrecadação. No pilar das novas receitas, algumas ações foram voltadas à melhoria da eficiência do trabalho na fiscalização por meio do uso da tecnologia, como é o caso da cerca eletrônica, desenvolvimento de malhas fiscais e combate às empresas noteiras. Outras ações foram voltadas para a correção de certos problemas pontuais na legislação, como é o caso da cobrança de encargos moratórios sobre as multas, atualização monetária das taxas, atualização da legislação do devedor contumaz e outros. Em relação à revisão dos benefícios fiscais, apesar de, em certa medida, aumentar a carga tributária, a diretriz do trabalho foi no sentido de apenas corrigir distorções de benefícios que mostravam excessivos e que a sua revisão não poderia resultar na perda de competitividade das empresas.

Em praticamente seis meses à frente da DIAT, já foi possível traçar um plano de trabalho?

Sim. No âmbito da DIAT, podemos dizer que temos dois grandes planos. Um deles é o Pafisc, que é um plano de Estado destinado ao problema do déficit fiscal, e outro o plano de estruturação dos processos internos e melhoria da gestão. Posso dizer que durante dez anos pude acompanhar de perto os grandes avanços que tivemos, construído com muito esforço e dedicação dos nossos servidores, que nos levaram ao elevado padrão de qualidade que temos atualmente. No entanto, a tecnologia, os processos, a gestão e a forma com que o poder público se relaciona com a sociedade mudam rapidamente em todo mundo, o que nos obriga a nos adaptarmos à essa nova realidade, sob pena de perdermos a nossa posição de destaque no cenário nacional. Por conta disso, ainda há muita coisa a ser feita. Os desafios a serem enfrentados são inúmeros. Recentemente, tivemos a LC 194, que reduziu as alíquotas de setores importantes do Estado, como os combustíveis, energia elétrica e serviços de telecomunicações, com perdas milionárias. Contudo, a DIAT não se manteve inerte. De forma conjunta, diversos colegas trabalharam incansavelmente na construção do Pafisc, que conta com três grandes pilares: revisão dos benefícios fiscais, obtenção de novas receitas e desburocratização. O Plano já está sendo um sucesso e já foi possível colher frutos na arrecadação. Além disso, profundas alterações legislativas, como a ADC 49, e a iminência de uma reforma tributária, que vai mudar radicalmente o sistema tributário do Brasil, nos impõe outros grandes desafios. Será preciso adaptar os nossos sistemas, redesenhar os processos de fiscalização, rever a política de atração de investimentos, capacitar os servidores às novas regras, tudo isso em paralelo à execução do Pafisc e os projetos do Profisco.

Considerando as dificuldades identificadas logo no início da gestão, quais são as prioridades para o segundo semestre de 2023?

A prioridade é a execução do Pafisc, de forma que consigamos contribuir para resolver esse problema do déficit de R$ 2,85 bilhões nas contas públicas. Em paralelo iremos trabalhar em quatro frentes. A primeira delas é o mapeamento de processos. Com essa ação, pretende-se resolver o problema histórico da padronização de atividades críticas e também conseguir dimensionar o quantitativo de pessoal para cada atividade. A segunda frente será a estruturação do escritório de projetos. A Administração precisa ter uma visão ampla dos inúmeros projetos que estão sendo executados na DIAT e também ter condições de acompanhar seu andamento, de forma que possamos tomar melhores decisões quanto à priorização dos recursos e ajudar nas dificuldades enfrentadas na execução. A terceira frente é a gestão de competências, por meio de trilhas de capacitação dos colaboradores. A quarta e última frente será a reestruturação do planejamento da fiscalização. Tendo em vista que a principal razão de existir do fisco é a sua atividade fiscalizatória, é imprescindível que façamos isso com excelência. Obviamente não será possível concluir tudo isso no segundo semestre. Todavia, vamos dar um grande passo na construção de uma DIAT cada vez melhor.

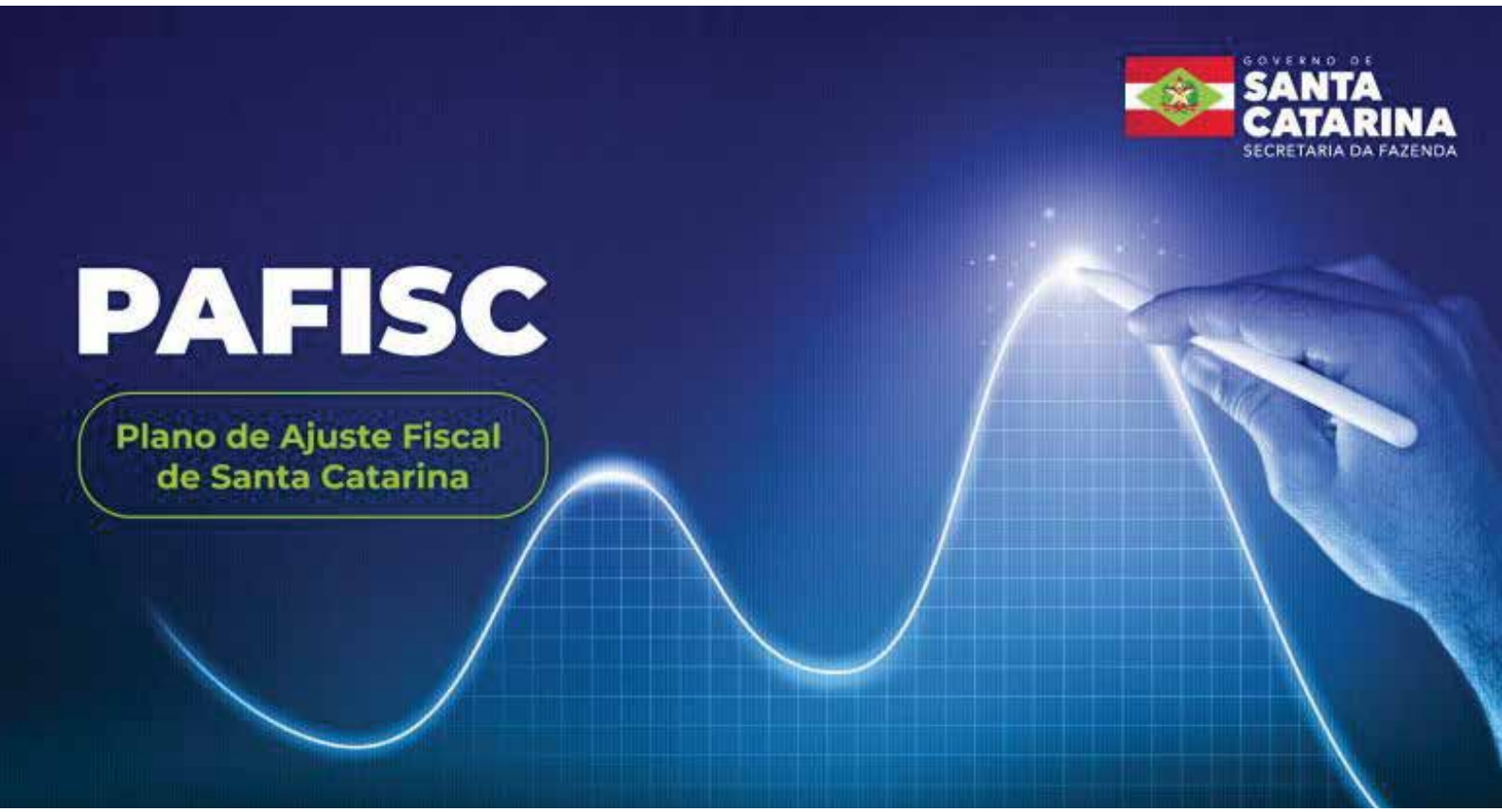
Tendo em vista que a principal razão de existir do fisco é a sua atividade fiscalizatória, é imprescindível que façamos isso com excelência. Obviamente não será possível concluir tudo isso no segundo semestre. Todavia, vamos dar um grande passo na construção de uma DIAT cada vez melhor.

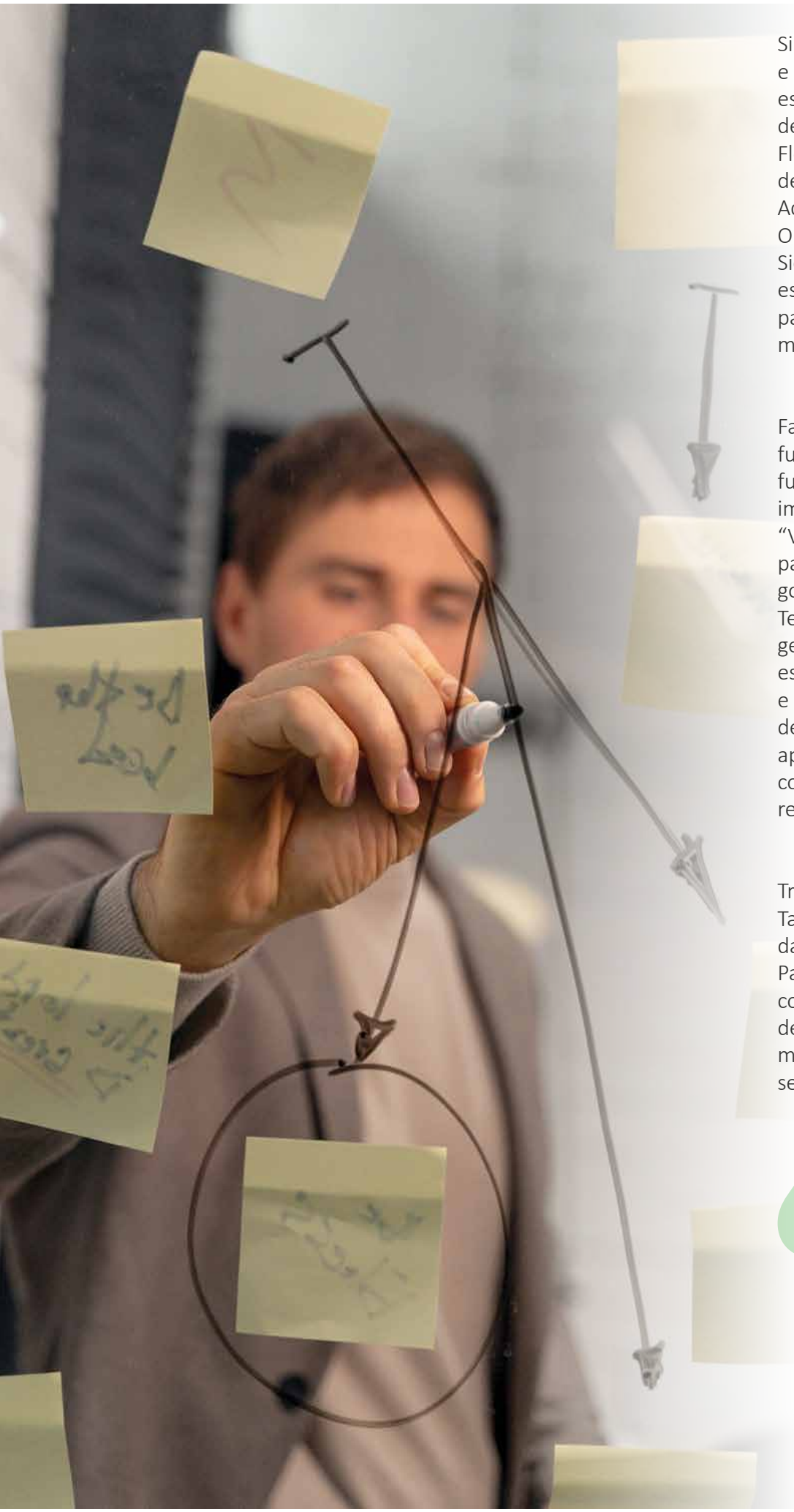
DIAGNÓSTICO
DAS CONTAS E PAFISC:

O trabalho dos auditores fiscais no levantamento das contas estaduais e na elaboração do Plano de Ajuste Fiscal

A implantação do Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc) foi um dos destaques no trabalho dos auditores fiscais da Fazenda de SC no primeiro semestre deste ano. Lançado pelo Governo do Estado em março, o Plano tem como objetivo buscar novas receitas, cortar despesas e reduzir a burocracia para o contribuinte. Uma série de medidas estão sendo implantadas para garantir o equilíbrio das contas públicas. A meta é garantir R$ 2,8 bilhões extras que o Poder Executivo precisa para honrar os compromissos assumidos em anos anteriores e cumprir a previsão orçamentária deste ano. A expectativa é obter R$ 2,1 bilhões ao ano em receitas tributárias extras e economizar R$ 2,2 bilhões com o corte de despesas e controle de folha de pagamento.

O secretário da Fazenda de Santa Catarina, Cleverson Siewert, justificou a necessidade da implantação do Pafisc por conta do descompasso das contas públicas durante a pandemia de Covid-19, com a entrada de R$ 6 bilhões em recursos extraordinários e despesas acima da média no Estado. Neste período, segundo Siewert, a folha de pagamento do funcionalismo público subiu R$ 3,5 bilhões, cinco vezes mais que a série histórica da década. Este cenário, de acordo com o secretário, acarreta a criação de limites e mecanismos de controle do dinheiro dos recursos públicos.





Para tratar do assunto, o Sindifisco/SC convidou gerentes e coordenadores dos grupos especialistas da SEF/SC, no dia 31 de março na sede do Sindicato, em Florianópolis, para uma reunião de trabalho da Diretoria de Administração Tributária (DIAT). O evento teve a participação de Siewert, que destacou o papel essencial dos auditores fiscais para o pleno funcionamento da máquina pública.

Segundo o secretário da Fazenda, o trabalho do Fisco é fundamental para garantir o pleno funcionamento das estratégias implementadas pelo Governo. "Vocês todos são fundamentais para as estratégias que qualquer governo queira implementar. Tenho certeza de que cada gerência regional, cada grupo de especialistas têm muito a informar e compartilhar como exemplos de experiências positivas para aproximar a Fazenda de seus contribuintes", reforçou na reunião.

O diretor de Administração Tributária da Fazenda de SC, Dilson Takeyama, avalia que o trabalho da fiscalização, aliado às ações do Pafisc, será imprescindível para conseguir alcançar as projeções de arrecadação para os próximos meses, na casa dos 5% no segundo semestre.

"Vocês todos são fundamentais para as estratégias que qualquer governo queira implementar."

Cleverson Siewert
Secretário da Fazenda

ENTREVISTA

Experiência e trabalho à frente da atração de investimentos e PPPs em Santa Catarina

Auditor fiscal e responsável pela atração de investimentos e parcerias público-privadas no Estado, Renato Lacerda está à frente da Diretoria de Desestatização e Parcerias (DIDE) da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) desde fevereiro, quando se afastou das funções do Tribunal Administrativo Tributário. Natural do Rio de Janeiro, Lacerda é formado em Ciências Contábeis e Direito e Mestre em Administração com ênfase em Gestão Estratégica das Organizações. Na SEF/SC desde 1995, o auditor fiscal acumula vasta experiência em diversas frentes de trabalho, como na Gerência Regional de Joinville, na fiscalização, na coordenação técnica do PROFISCO I, como conselheiro do TAT e também um período como secretário-adjunto e secretário da Fazenda de Santa Catarina entre 2017 e 2018. Nesta entrevista, o diretor relata um pouco dos seus planos e desafios na diretoria. Confira:

Renato Lacerda
auditor fiscal e diretor de Desestatização e Parcerias da Secretaria de Estado da Fazenda (DIDE/SEF)

Auditor fiscal desde 1995, você já atuou em diferentes frentes na SEF/SC. O que o motivou a aceitar o convite e assumir a Diretoria de Desestatização e Parcerias?

O desafio, sem dúvidas. O secretário Cleverson tem uma visão diferenciada do papel do Estado em relação à iniciativa privada e compreende bem a importância da atividade de promoção e atração de investimentos, chegando a inserir o tema como atividade estratégica do Pafisc para geração de novas receitas. Da mesma forma em relação às PPPs e às concessões como estratégias para aumentar a qualidade dos serviços públicos e a disponibilização de novos equipamentos de infraestrutura, sem necessidade de antecipação de recursos pelo tesouro, aproveitando a agilidade e as experiências da iniciativa privada. A DIDE, então, terá uma ampliação de competências, passando a contemplar um conceito latu sensu de "investimento", com três abordagens: cuidar da promoção e atração de investimentos diretos, buscar novas empresas para Santa Catarina e atuar na captação de recursos financiados junto a bancos de desenvolvimento, como o BNDES, BID, Banco Mundial, entre outros, para investimentos próprios em infraestrutura, recebendo na diretoria a Gerência de Captação de Recursos, que era vinculada ao gabinete do secretário-adjunto, além de seguir responsável pela gestão e atração de investimentos privados em infraestrutura, por meio de parcerias e concessões à iniciativa privada realizados em todas as áreas do Estado.

Como essa trajetória e experiência de 28 anos no Fisco de SC pode ajudar agora no novo desafio?

Eu acredito fortemente que o sucesso dos processos, principalmente os mais complexos, está nas relações. Relações entre as pessoas envolvidas e entre os órgãos envolvidos. Saber ouvir, entender as demandas, as dificuldades das partes e buscar a construção de soluções conjuntas. Acho que o tempo ensina isso: compreender e nivelar as expectativas das partes envolvidas e construir as soluções a várias mãos.

Como diretor da área, qual sua avaliação sobre o atual momento para a atração de novos investimentos e PPPs para SC? Há boas expectativas na prospecção de investidores?

Eu diria que o momento é ímpar. Novo governo, novas ideias, e ao mesmo tempo o mercado volta seus olhos novamente para o Brasil. Em 2022, o País foi o terceiro maior destino de investimentos estrangeiros diretos, perdendo apenas para China e Estados Unidos. Foram US$ 85 bilhões investidos aqui, um aumento importante em relação a 2021, acima de 60%, num cenário em que os investimentos globais caíram. O que mostra que o capital está olhando para o Brasil. Mas com certeza não bastará ficarmos torcendo para os investimentos aterrissarem em Santa Catarina. Será necessário ir à luta por estes recursos, garantir que nosso Estado seja visto como a melhor opção para cada investimento que vier para o país. Porque nossos concorrentes estão equipados e atentos, chegando a se esbarrar pelo mundo, em visitas a investidores.

O Pafisc prevê a reativação da Agência de Atração de Investimentos de Santa Catarina, a Invest SC. Já temos alguma data? Como está o processo?

Este é um processo natural, uma evolução das iniciativas que já implementamos desde 2015. A concorrência pelos investimentos é muito acirrada, considerando a experiência que já possuem a Invest Paraná, a Invest Minas e a Invest SP, para mencionar somente estas. A construção passa pela eleição do melhor modelo em relação à nossa realidade, que é diferente dos demais Estados. Temos que considerar que há diversas iniciativas no Poder Executivo, principalmente com a nova estrutura, que dividiu, por suas diferentes vocações, as competências da antiga Secretaria de Desenvolvimento Econômico por outras novas Secretarias. Mas, sem dúvida, é necessário que Santa Catarina se estruture com uma equipe centralizada e preparada para não somente dar o apoio e as respostas aos investidores que procuram o Estado, mas que aja proativamente, baseada num planejamento de ações estrategicamente definidas pela alta gestão do governo, indo atrás do público-alvo, sejam setores econômicos ou países.

Quais são seus principais planos à frente da DIDE para o próximo semestre?

Os primeiros meses do governo, como um todo, foram para organizar a estrutura nova, conhecer os projetos em andamento e tornar claras as atribuições de cada área. Em relação às PPPs, o desafio foi recolocar em curso os projetos que já estavam na carteira, redefinindo algumas premissas, calibrando novamente as variáveis priorizadas pela atual gestão e reafirmando a sua qualificação como projetos ativos, para então apoiar a reestruturação das equipes em cada órgão "cliente" dos nossos serviços de estruturação de projetos de PPPs e concessões. Em breve sairão os primeiros editais deste governo, entre eles dois parques estaduais e o aeroporto de Jaguaruna. Sobre a atração de investimentos diretos, já temos vários atendimentos em andamento. Também estamos alinhados com outras Secretarias de Estado em iniciativas conjuntas. O próximo passo é, sem dúvida, definirmos os setores estratégicos e iniciarmos nossas ações proativas de promoção do Estado e atração de investimentos. Na terceira área que compõe a nova Diretoria, além da atração de investimentos diretos (Invest SC), atração de investimentos em infraestrutura (por PPP e concessões) e captação de recursos, nossos objetivos são concretizar a contratação de financiamento junto ao BNDES e avançar em tratativas com BID e Banco Mundial para financiar o grande plano de manutenção e recuperação de rodovias.

Como o trabalho da Diretoria de Desestatização e Parcerias pode colaborar para o aumento da arrecadação e também na implementação de novas políticas públicas?

De várias formas. Atraindo empresas novas, fazendo a retenção das que já estão aqui e atraindo os investimentos em expansão para as filiais catarinenses. Dessa maneira geramos empregos, aumentamos a renda e o consumo e, consequentemente, a arrecadação. As PPPs e concessões impulsionam a economia, primeiro com contratações em massa para as obras de infraestrutura contratadas que, depois de prontas e operando, geram qualidade de vida e melhoria dos serviços públicos. Estes indicadores ajudam a manter Santa Catarina bem posicionada no ranking de competitividade dos Estados, mantendo-nos atrativos para novos investimentos. Por fim, captando recursos externos, o Estado consegue atuar melhorando a estrutura viária, priorizando as rodovias que estrategicamente darão maior capacidade de escoamento da produção catarinense, tornando mais eficientes as nossas empresas e os nossos produtos mais competitivos. E o ciclo se renova: com melhor logística para entrada de insumos e saída da produção, Santa Catarina se torna ainda mais competitiva para novos investimentos, tem crescimento econômico sustentável, aumenta a arrecadação e adquire capacidade para empreender novos investimentos.

ELEIÇÃO
CONSELHO FISCAL

Da esquerda para a direita Celso Pazinato, José Farenzena, Olândio Hornburg e Paulo Carrano

Os primeiros seis meses de 2023 foram de muito trabalho e evolução para os auditores fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. Operações fiscais, reuniões institucionais, cursos e eventos fizeram parte do cotidiano. No primeiro mês do ano, o Sindifisco/SC deu início ao planejamento de ações para o ano, como o trabalho social de doação de kits escolares a estudantes em situação de vulnerabilidade. A eleição do novo Conselho Fiscal também foi um dos destaques do primeiro semestre. Em Assembleia Geral Ordinária, os votos foram apurados e a chapa única CF 2023 foi a escolhida pelos filiados com 309 votos favoráveis. A chapa escolhida é formada pelos membros titulares Celso Pazinato, Olândio Hornburg e Paulo Sérgio Acquaviva Carrano. Já os suplentes escolhidos foram os auditores fiscais Achilles César Casarin Barroso Silva, Luiz Carlos Rihl de Azambuja e Tomé Francisco Etges. A apuração dos votos foi realizada pela Comissão Eleitoral do Sindifisco/SC, composta pelos auditores fiscais Timolau Adada, Eden Ricardo Zanato, Gentil Santin e Manoel Alves das Neves Filho. O novo Conselho Fiscal irá atuar no triênio 2023/2026. A posse dos escolhidos foi realizada no dia 28 de abril, em solenidade realizada na sede do Sindicato, em Florianópolis.

Membros da Diretoria se reúnem com novo Conselho Fiscal

FISCO EM AÇÃO

JANEIRO

AÇÃO SOCIAL

O Sindifisco/SC iniciou o ano confirmando, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro, mais ações sociais de doação de materiais escolares para estudantes de comunidades carentes da Grande Florianópolis. No total, 320 kits foram doados, contendo itens essenciais para os estudos. Os projetos Mochila Solidária, Voluntários do Bem e Projeto Esperança, que atendem famílias no Mont Serrat, Contestado, Fé em Deus e Pantanal foram beneficiados. A entrega dos kits foi feita pelo Sindicato antes do retorno escolar.

FEVEREIRO

VAREJO LEGAL

Deflagrada pelos auditores fiscais da SEF/SC no dia 3 de fevereiro, a operação Varejo Legal vistoriou 134 estabelecimentos, incluindo dois postos de combustíveis flagrados com estoque ou comercialização de cigarros contrabandeados. Entre outras consequências, os comerciantes flagrados em situação de irregularidade terão suas inscrições canceladas, de modo que não será mais possível adquirir e revender mercadorias.

MADEIRA

Uma rápida e integrada ação fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) junto ao setor madeireiro garantiu a arrecadação de R$ 2 milhões em impostos devidos pelo uso incorreto de crédito presumido de ICMS. A fiscalização, realizada no dia 15 de fevereiro, envolveu empresas do Extremo-Oeste de Santa Catarina, monitoradas pelo Núcleo Estratégico de Apoio à Fiscalização (NEAF), que oferece suporte às atividades de fiscalização da Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da SEF/SC.

MALHAS FISCAIS

Os auditores fiscais da Fazenda de Santa Catarina Marcos Antônio Ferreira Domingues e Huélinton Pickler foram os palestrantes convidados do evento "Malhas Fiscais SC: Desenquadramento do MEI e exclusão do Simples Nacional – causas, providências e consequências". O encontro virtual, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade de SC (CRCSC) e realizado no dia 23 de fevereiro, fez parte de mais uma reunião da Câmara Técnica de Debate do Conselho.

ORATÓRIA

No dia 14 de fevereiro, auditores fiscais da SEF/SC participaram do curso de "Media Training – Oratória de Impacto", ministrado pelo jornalista Fernando Machado. Este foi o primeiro curso do ano oferecido pelo Sindifisco/SC aos filiados em parceria com a Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da SEF/SC. A capacitação contemplou conteúdos de aquecimento de voz, preparação corporal, roteiro, persuasão, marca pessoal, media training e produção de conteúdo para rede social.

FÓRUM

A diretoria do Sindifisco/SC participou, no dia 15 de fevereiro, da abertura do Fórum Parlamentar de Apoio ao Governo Aberto, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis. O objetivo dos trabalhos do Fórum é garantir transparência, controle social e participação dos cidadãos na gestão pública catarinense, além de estabelecer medidas que fortaleçam os mecanismos de governo aberto no âmbito estadual. Na ocasião, os diretores do Sindicato realizaram uma visita institucional ao idealizador do Fórum, deputado Napoleão Bernardes.

AÇÕES

O presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, esteve reunido com o secretário de Estado da Fazenda (SEF/SC), Cleverson Siewert, no dia 22 de fevereiro. No encontro, o presidente tratou de assuntos de interesse da categoria e ações planejadas para 2023. Participaram da reunião ainda o secretário-adjunto da SEF/SC, Augusto Piazza, e o consultor executivo da SEF/SC, Júlio Marcellino. No mesmo dia, Farenzena e a diretora de Projetos Especiais e Ações Sociais do Sindifisco/SC, Rosimeire Rosa, reuniram-se com o diretor de Administração Tributária da SEF/SC, Dilson Takeyama, para tratar do trabalho que vem sendo realizado pelos auditores fiscais, bem como cursos de formação oferecidos pelo Sindicato.

INSTITUCIONAL

O presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, e o diretor Administrativo do Sindicato Felipe Letsch estiveram reunidos, no dia 24 de fevereiro, com o deputado estadual Marcos Vieira e o chefe de gabinete Sandro Favero. Durante o encontro, os auditores fiscais da SEF/SC parabenizaram Vieira pela recondução ao cargo de presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e discutiram assuntos de interesse da categoria.

FIESC

A diretora de Projetos Especiais e Ações Sociais do Sindifisco/SC, Rosimeire Rosa, participou, no dia 23 de fevereiro, da reunião virtual da Câmara de Assuntos Tributários da Fiesc. Representando a Diretoria de Administração Tributária da SEF/SC, a diretora falou sobre a recém-criada Gerência de Cobrança Administrativa da instituição, suas atribuições regimentais, números da dívida ativa e os resultados do último semestre.

FENAFISCO

O Sindifisco/SC participou, entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, em Brasília, da 218ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco. O presidente do Sindicato José Antônio Farenzena, o vice-presidente Fabiano Dadam Nau, o diretor de Relações Parlamentares e Institucionais Eduardo Lobo e o conselheiro fiscal Rogério Macanhão estiveram presentes na reunião do CD para tratar de assuntos sindicais e outros temas de interesse da categoria. Entre as pautas debatidas pelos representantes do Fisco, destaque para a reforma tributária.

MARÇO

BRASÍLIA

No dia 3 de março, representantes do Sindifisco/SC reuniram-se com a deputada federal Ana Paula Lima, vice-líder do Governo Federal na Câmara dos Deputados. O encontro foi realizado no gabinete da deputada, em Brasília, e contou com a participação do presidente do Sindicato José Antônio Farenzena, do vice-presidente Fabiano Dadam Nau, do diretor de Relações Parlamentares e Institucionais Eduardo Lobo e do conselheiro fiscal Rogério Macanhão. A reforma da legislação tributária que está em elaboração foi pauta da reunião e é considerada de extrema importância pelo Sindifisco/SC. Os dirigentes do Sindifisco/SC também levaram ao conhecimento da deputada Ana Paula outras pautas relevantes para o Fisco, além de tratarem das questões que envolvem a PEC 186/07, que propõe alterações objetivando a modernização das administrações tributárias nacionais.

HOMENAGEM

Após quase 20 anos no Contencioso Tributário Catarinense e no Tribunal Administrativo Tributário da SEF/SC, o ex-Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina João Carlos Von Hohendorff recebeu uma homenagem dos auditores fiscais filiados ao Sindifisco/SC. Em solenidade realizada no dia 8 de março, o presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, ressaltou a competência e dedicação de Hohendorff às causas do Estado. “Foram 13 anos na presidência do Tribunal Administrativo Tributário coordenando os julgamentos e realizando importantes mudanças, como a implantação do processo eletrônico. Nosso sentimento é de gratidão”, disse. Durante o evento, o secretário da Fazenda de Santa Catarina, Cleverson Siewert, relembrou os feitos do TAT e agradeceu aos serviços do ex-presidente, que encerrou o trabalho em dezembro de 2022. O Sindifisco/SC agradece a dedicação, o comprometimento e o empenho durante o tempo em que ocupou o cargo de presidente do Tribunal Administrativo Tributário da SEF/SC.

ALESC

A Diretoria do Sindifisco/SC realizou, no mês de março, uma série de visitas institucionais na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, com o intuito de estreitar relações com os parlamentares eleitos em 2022. O giro pela Assembleia teve a participação do presidente do Sindicato, José Antônio Farenzena, do vice-presidente Fabiano Dadam Nau e do diretor de Relações Parlamentares e Institucionais Eduardo Lobo.

Deputado Fernando Krelling (MDB)

Deputado Maurício Eskudlark (PL)

Deputado Marquito (PSOL)

Deputado Pepê Collaço (PP)

Deputado Egídio Ferrari (PTB)

HISTÓRIA

No dia 21 de março, o Sindifisco/SC prestou homenagem aos 186 anos da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. A instituição é a segunda mais antiga do Estado, sendo criada em 1837 como Provedoria da Província de Santa Catarina. São anos de tradição e trabalho responsável em benefício dos catarinenses!

ABRIL

TRABALHO

Uma programação voltada à aproximação dos servidores e à definição de estratégias pautou a reunião de trabalho da Diretoria de Administração Tributária SEF/SC no dia 31 de março. O encontro teve a participação do secretário da Fazenda Cleverson Siewert e do presidente do Sindicato José Antônio Farenzena. O diretor Dilson Takeyama (DIAT) também acompanhou as atividades. Em sua mensagem aos gerentes regionais e coordenadores dos Grupos Especialistas Setoriais (GES), o secretário reforçou a importância do diálogo na gestão do governador Jorginho Mello e de como este mesmo princípio prevalece na administração da Fazenda.

GIRO PELO ESTADO

A 5ª Gerência Regional da SEF/SC, em Joinville, recebeu o secretário Cleverson Siewert no dia 3 de abril. A reunião de trabalho marcou o início do Giro pelo Estado - ação da SEF/SC, que tem o apoio do Sindicato, representado nesta agenda pelo presidente José Antônio Farenzena, pelo vice-presidente Fabiano Dadam Nau e pelo diretor Eduardo Lobo. Em uma conversa franca com a equipe, o secretário tratou dos desafios reservados à gestão e aos servidores da Fazenda nos próximos anos.

DIRETORIA

No dia 11 de abril, dirigentes do Sindifisco/SC participaram de reunião da diretoria do Sindicato. Entre as pautas do encontro, a apresentação das ações do projeto Integrar- apoiado pelo Sindicato desde 2013 -, agenda de cursos para 2023, utilização de ferramentas de inteligência artificial, eventos institucionais e outros assuntos de interesse dos filiados. Participaram da reunião o presidente do Sindicato José Antônio Farenzena, o vice-presidente Fabiano Dadam Nau e os diretores Felipe Letsch, Márcia Bortolanza, Clóvis Jacoski, Rosimeire Celestino, Brani Bresen, Eduardo Lobo, Soli Schwalb e Cristiano Colpani. Estiveram presentes ainda os suplentes Asty Pereira Júnior, Marcos Antônio Domingues, Edson Del Castel de Oliveira, Thiago Chaves e Sérgio Pinetti.

CONTAS

O Sindifisco/SC realizou, no dia 12 de abril, Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária para tratar de alterações no estatuto, prestação de contas de 2022 e apresentação do relatório anual das atividades da diretoria do Sindicato. Com a coordenação do presidente José Antônio Farenzena e do vice-presidente Fabiano Dadam Nau, as contas foram aprovadas por unanimidade e as mudanças no estatuto foram avaliadas e aceitas pelos filiados presentes na sessão.

REPRESENTANTES

O Conselho de Representantes do Sindifisco/SC reuniu-se no dia 19 de abril para tratar de temas de interesse dos auditores fiscais e filiados, como a viabilidade de planos de saúde, além de atualizações sobre as ações do Conselho e movimentações nacionais da Fenafisco. O presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, esteve presente no encontro.

BRASÍLIA

Entre os dias 25 e 26 de abril, membros da diretoria do Sindifisco/SC estiveram em Brasília para uma série de reuniões com parlamentares e participação em audiências públicas. O presidente do Sindicato José Antônio Farenzena esteve na capital Federal acompanhado do vice-presidente do Sindifisco/SC, Fabiano Dadam Nau, do diretor Eduardo Lobo (Relações Parlamentares e Institucionais) e do conselheiro fiscal Rogério Macanhão. Entre as pautas abordadas, reforma tributária sob a perspectiva da economia verde, digitalização e desburocratização da administração pública e apresentação do Pacto de Brasília. Além de participarem de audiências públicas, os auditores fiscais reuniram-se com senadores, deputados federais e o presidente do Sebrae para tratar de assuntos de interesse da categoria.

MAIO

SITE

Com o objetivo de readequar as funcionalidades e oferecer uma melhor experiência ao usuário, foram lançados, no dia 3 de maio, o novo layout e configurações do site do Sindifisco/SC. A plataforma passou por atualizações tanto no design quanto nos serviços oferecidos. As mudanças contemplam, além da página principal, adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), atualização e reforço na segurança e nos formulários de filiação, otimização para buscas pelo Google e adaptações para o uso dos administradores responsáveis pela produção de conteúdo.

ITCMD

O Sindifisco, em parceria com a Diretoria de Administração Tributária da Fazenda,ofereceu aos seus filiados o curso online "Holdings e Planejamento Abusivo do ITCMD – Sincronização de Conteúdos Jurídicos e Contábeis". O curso online foi realizado entre os dias 2 e 4 de maio, e teve o objetivo de analisar a conceituação de holdings em relação ao planejamento tributário. Além disso, o conteúdo ressaltou as atividades que envolvem os auditores fiscais em relação ao assunto.

PALESTRA

Nos dias 2 e 17 de maio, os auditores fiscais e filiados ao Sindifisco/SC Valério Odorizzi Júnior e Paulo Sampaio ministraram a palestra "Aspectos Práticos do ITCMD". A primeira apresentação foi realizada na sede da subseção da OAB/SC em Lages e a segunda na sede da subseção da OAB/SC em Blumenau.

COMITIVA

As metodologias de trabalho e os resultados alcançados pelos Grupos Especialistas Setoriais da SEF/SC despertaram o interesse da Receita Estadual de São Paulo. Uma comitiva de auditores fiscais de SP, dedicada à área de política tributária, foi recebida no dia 5 de maio na sede da Fazenda. A visita técnica foi dedicada à troca de experiências e à apresentação de práticas bem-sucedidas no Gesauto, Gesbebidas, Gescol e Gesredes. A comitiva conheceu ainda a gestão do regime de substituição tributária em Santa Catarina.

FÓRUM PRÉ FIT

No dia 29 de maio, o presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, e o vice-presidente do Sindicato Fabiano Dadam Nau, participaram do Pré-Fórum Internacional Tributário (Pré-FIT 2023), em Brasília. O evento, que antecede o Fórum Internacional Tributário, é organizado pelo Sindifisco Nacional, Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Anfip) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). Na edição deste ano, o Pré-FIT abordou a "Tributação da Renda, da Riqueza e do Consumo: o Brasil na Contramão da OCDE".

Na foto os diretores do Sindifisco acompanhados por Wanderci Polaquini/Fisco-PR e André Horta/ Diretor Institucional do Comsefaz

CONSELHO DELIBERATIVO

O presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena, participou, no dia 30 de maio, da 220ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo (CD) da Fenafisco. Acompanhado do vice-presidente do Sindicato Fabiano Dadam Nau, do diretor de Relações Parlamentares e Institucionais do Sindifisco/SC, Eduardo Lobo, e do auditor fiscal Rogério Macanhão, o evento foi realizado em Brasília e coordenado pelo presidente da Federação Francelino Valença. Entre as pautas abordadas no encontro, destaques para a reforma tributária e o trabalho legislativo.

JUNHO

AÇÕES

Dirigentes do Sindifisco/SC estiveram reunidos no dia 6 de junho, para tratar de trabalhos em andamento e planejamento de ações de interesse dos filiados ao Sindicato. Durante o encontro, os gestores trataram de assuntos como a participação de membros do Sindicato em eventos relevantes da área e novas parcelas de doações ao Projeto Integrar. Participaram da reunião os diretores do Sindifisco/SC, Rosimeire Rosa (Projetos Especiais e Ações Sociais), Márcia Bortolanza (Políticas e Ações Sindicais), Soli Schwalb (Financeiro), Eduardo Lobo (Relações Parlamentares e Institucionais), Felipe Letsch (Administrativo), Cristiano Colpani (Comunicação) e os suplentes Asty Pereira Júnior, Marcos Antônio Domingues, Thiago Chaves, Edson Dal Castel e Sérgio Pinetti.

SAT

No mês de junho, o Sistema de Administração Tributária (SAT) completou 20 anos de história. Com mais de 1.800 aplicações disponíveis, o SAT disponibiliza hoje ao contribuinte a automatização de uma série de processos do Fisco, o que na prática é sinônimo de mais agilidade e menos burocracia para o cidadão.

FISCALIZAÇÕES

No primeiro semestre de 2023, os auditores fiscais da Secretaria da Fazenda deflagraram uma série de operações fiscais pelo Estado, nos mais diversos setores da economia catarinense. Apenas nos primeiros quatro meses do ano, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) flagrou 216 infrações fiscais em operações nas estradas de Santa Catarina. Durante as ações, realizadas em parceria com a Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Militar Rodoviária (PMRv), os auditores fiscais identificaram a circulação de R$ 3,6 milhões em mercadorias sem as respectivas notas fiscais ou com a documentação incompleta. Confira na tabela abaixo algumas das ações realizadas entre janeiro e junho.

FEVEREIRO

Data: 06/02/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no trânsito de mercadorias
Local: Campo Alegre
Infrações: 15 infrações à legislação tributária
Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Data: 14/02/2023
Objetivo: verificar possíveis irregularidades em frigorífico
Local: Sul do Estado
Infrações: suspeitas de irregularidades nas notas fiscais apresentadas anteriormente
Parceria com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Data: 14/02/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Ponte Alta e Palmeira
Infrações:13 infrações à legislação tributária – R$ 187 mil em mercadorias transportadas com irregularidades (sem nota fiscal ou com quantidade acima da descrita na documentação).
Parceria com a Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar Rodoviária (PMRv) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

MARÇO

Data: 02/03/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Alto Vale do Itajaí
Infrações: 55 infrações à legislação tributária
Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Militar Rodoviária (PMRv)
09/03/2023

Data: 03/03/2023
Objetivo: empresa de fachada e documentação irregular no varejo
Local: Alto Vale do Itajaí
Infrações: processo de cancelamento da inscrição estadual e multa

Data: 07/03/2023
Objetivo: verificar documentação fiscal no setor de embalagens
Local: Meio-Oeste catarinense
Infrações: possíveis saídas de mercadorias desacompanhadas de notas fiscais ou em valores e quantidades maiores do que aquelas descritas na documentação exigida.
Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

MARÇO

Data: 09/03/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Tubarão- BR 101
Infrações: 3 infrações de transporte de mercadorias sem documentação fiscal
Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Data: 14/03/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste e Bom Jesus
Infrações: 19 infrações à legislação tributária- R$ 567 mil
Parceria com a Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar Rodoviária (PMRv) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Data: 28/03/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Rancho Queimado e Florianópolis
Infrações: 45 infrações à legislação tributária- R$ 450 mil
Parceria com a Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar Rodoviária (PMRv) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

ABRIL

Data: 11/04/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Painel e Lages
Infrações: 27 infrações à legislação tributária- R$ 320 mil
Parceria com a Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar Rodoviária (PMRv) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Data: 25/04/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Gravatal
Infrações: 3 infrações à legislação tributária- R$ 63,1 mil
Parceria com a Polícia Militar Rodoviária (PMRv).

MAIO

Data: 09/05/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Tubarão, Gravatal e Paulo Lopes
Infrações: 66 infrações à legislação tributária- R$ 550 mil
Parceria com a Defesa Civil.

Data: 23/05/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de mercadorias
Local: Gravatal e Lauro Müller
Infrações: 36 infrações à legislação tributária
Parceria com a Defesa Civil.

Data: 28/05/2023
Objetivo: verificar regularidade fiscal no transporte de bebidas
Local: Lages, Curitibanos e Caçador
Infrações: 3 infrações à legislação tributária
Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Militar Rodoviária (PMRv).

sindifisco.org.br

Trompowsky Corporate

Av. Trompowsky, 291 - 1203
Centro, Florianópolis/SC
CEP 88015-300

SINDIFISCO

SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA